

A história do jornal *Terra Livre* e as lutas dos camponeses no estado de São Paulo (1954-1964)

The history of the *Terra Livre* newspaper and the struggles of peasants in the state of São Paulo (1954-1964)

Rafael Sandrin da Cruz
Doutorando em História
Universidade Estadual Paulista
rafaelsandrin69@gmail.com

Recebido em: 16/04/2021
Aprovado em: 07/06/2021

Resumo: Este trabalho propõe analisar a história do jornal *Terra Livre* e o seu papel na divulgação notícias sobre ações trabalhistas e greves movidas pelos lavradores contra seus patrões. Este meio de comunicação foi utilizado pelo Partido Comunista Brasileiro para noticiar os acontecimentos sobre o campo brasileiro entre os anos de 1954 e 1964, período em que esteve em circulação. Apesar de a redação do periódico se localizar na cidade de São Paulo, seus exemplares foram distribuídos em todas as regiões brasileiras. Finalmente, como foi possível verificar pela leitura e análise dos artigos publicados pelo *Terra Livre*, o jornal buscou estimular a sindicalização e a organização dos trabalhadores rurais, assim como apoiar as lutas camponesas em diversas partes do Brasil, em especial no interior paulista, contra os abusos dos patrões, que constantemente desrespeitavam direitos trabalhistas dos lavradores, como férias, 13º salário, salário mínimo e férias anuais remuneradas.

Palavras-chave: *Terra Livre*; Trabalhadores Rurais; Direitos Sociais.

Abstract: This work proposes to analyze the history of the *Terra Livre* newspaper and the role in the dissemination of labor actions and strikes brought by the farmers against their bosses. This means of communication was used by the Brazilian Communist Party to report on events in the Brazilian countryside between the years 1954 and 1964, a period in which it was in circulation. Finally, as it was possible to verify by reading and analyzing the articles by *Terra Livre*, the newspaper sought to encourage unionization and the organization of rural workers, as well as to support peasant struggles in different parts of Brazil, especially in the countryside of Sao Paulo, against the abuses of bosses, who constantly disrespected labor rights of farmers, such as vacation, 13th salary, minimum wage and annual paid vacation.

Keywords: *Terra Livre*; Rural Workers; Social Rights.

Introdução

O presente artigo propõe analisar a trajetória e o papel do *Terra Livre* na divulgação das lutas dos camponeses por direitos que eram desrespeitados pelos patrões. O jornal circulou entre os anos de 1954 e 1964, período em que os comunistas incentivaram as lutas camponesas no interior dos estados brasileiros¹. Com o golpe militar que ocorreu em março de 1964, o periódico foi obrigado a encerrar as suas atividades, diante da intensificação da repressão ao movimento camponês. Como aporte metodológico da pesquisa, foram selecionadas matérias do jornal, pois tais fontes ajudam a entender como suas pautas estavam organizadas e se inseriram nas disputas entre as classes sociais no campo. Como havia uma grande quantidade de notícias de greves de camponeses concentramos nossos esforços em analisar as representações construídas por este meio de comunicação sobre as lutas dos camponeses do Estado de São Paulo.

O *Terra Livre* foi criado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e era voltado única e exclusivamente aos camponeses para a divulgação das ideias comunistas, da legislação trabalhista e dos protestos dos trabalhadores rurais contra as situações a que estavam submetidos. Partindo dessa premissa, os jornalistas do periódico buscavam manter os camponeses informados sobre os direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que eram constantemente desrespeitados pelos patrões. Neste artigo, primeiramente, será destacada de maneira breve a forma como o periódico estava estruturado, para, em seguida, discutir as representações constituídas sobre os trabalhadores rurais do estado de São Paulo. Como haviam muitas reportagens sobre as lutas dos lavradores do Estado de São Paulo, selecionamos duas notícias sobre as lutas políticas no campo, uma sobre as greves realizadas nas fazendas Monte Alegre Pau d'Alho, Santa Rosa e Santa Augusta no dia 1º de fevereiro de 1963 e outro referente às ações judiciais movidas pelos camponeses que trabalhavam nas Usinas de Jaboticabal.

¹ . Este artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), intitulada: “O Jornal “Terra Livre” e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo”, defendida em 2013. Portanto serão apresentados partes dos resultados obtidos com o desenvolvimento da referida pesquisa.

Breve discussão historiográfica sobre o *Terra Livre*

Medeiros (1995) desenvolveu um importante estudo sobre o papel de jornais comunistas na divulgação de notícias sobre o campo brasileiro. No entanto, a socióloga direcionou parte de sua abordagem sobre a atuação dos jornais *Voz operária* e *Hoje* para noticiar informações sobre o meio agrário, muito embora esses meios de comunicação fossem voltados apenas aos operários. Para a autora, os veículos de imprensa mencionados acima buscaram informar os lavradores sobre as lutas no campo e atuaram na construção de classes sociais opostas, constituídas por agricultores e fazendeiros.

Já o historiador Priori (1996) destacou a atuação dos lavradores do norte do estado do Paraná na luta por direitos sociais, tanto por meio de greves quanto por ações na Justiça do Trabalho. O autor mostrou, brevemente, o papel do *Terra Livre* na publicação de matérias sobre as ações dos camponeses paranaenses contra seus patrões. Por sua vez, o sociólogo Costa (1996) desenvolveu uma discussão sobre a atuação do PCB na construção de uma rede sindical e enfatizou a atuação do jornal na sindicalização dos camponeses.

Por fim, a historiadora Castanho (2009) analisou o trabalho do *Terra Livre* em publicizar os direitos dos lavradores garantidos pela CLT, que eram desrespeitados pelos patrões. Nessa perspectiva, a autora desenvolveu uma breve discussão sobre a coluna “Conheça os seus direitos” e destacou a função dessa seção em promover um debate sobre a legislação trabalhista.

O *Terra Livre* e o conceito de representação

O jornal foi responsável pela criação de representações sobre as lutas dos trabalhadores rurais em diversas regiões do Brasil, em especial no interior paulista, no sentido de estimular a organização política e a sindicalização no espaço agrário. O trabalho com as imagens constituídas sobre o campo brasileiro pressupõe a necessidade de se dialogar com a teoria de Pierre Bourdieu (2002), pois o sociólogo francês entende que o campo social é um espaço em que determinados grupos procuram impor dominação sobre outros por meio da construção dos discursos. Seguindo a leitura deste autor, percebe-se que os atores políticos buscam exercer uma eficácia simbólica, portanto, “A política é o lugar por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e sobretudo grupos” (BOURDIEU, 2002, p. 159). É possível considerar que os membros do

corpo editorial do jornal também eram atores que atuavam dentro do campo político e foram responsáveis pela constituição de discursos visando à produção de classes sociais opostas: uma formada por patrões; outra, por empregados. Logo, por meio de suas reportagens, os colunistas procuraram estimular os camponeses a lutarem pela realização da revolução agrária.

Bourdieu (2003) entende que cada representação é criada de acordo com a posição ocupada por um determinado agente no campo social:

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições reativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar duas regiões opostas do espaço-mesmo que tal seja concebível. (BOURDIEU, 2002, p. 134).

Determinados grupos sociais constroem discursos e esperam um comportamento por parte de outros segmentos. Ao noticiar as greves dos trabalhadores rurais, os jornalistas construíram representações sobre o espaço agrário e tinham a expectativa de que os camponeses lutassem pela instituição de um regime comunista.

Dessa forma, é importante frisar que as formas de domínio não são apenas exercidas por meio físico, mas também de forma simbólica.

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses e imporem a definição do mundo social conforme seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Os jornalistas que atuavam no periódico ocupavam uma posição dentro do campo social, ou seja, pertenciam ao quadro de militantes do PCB. Por serem membros do partido, era comum que as matérias divulgassem as ideias comunistas, visando a disseminação da ideologia pecebista nas áreas rurais.

Para Bourdieu (2002, p. 11), as “representações construídas por determinados grupos sociais são estratégias de imposição e legitimação de dominação em relação ao grupo social a quem se pretende impor”. Assim, ao destacar que os direitos dos lavradores eram desrespeitados, os redatores procuraram exercer dominação sobre os homens do campo para que realizassem greves contra os patrões.

Seções do *Terra Livre*

Não havia um meio de comunicação voltado única e exclusivamente à divulgação das ideias do PCB junto aos lavradores brasileiros. Todavia, o quadro foi modificado com a criação do jornal *Terra Livre*, no final da década de 1940. O periódico sofreu forte repressão policial, pois o governo e as elites agrárias buscaram coibir a difusão de notícias que estimulassem a sindicalização e a luta dos lavradores brasileiros. Mesmo com a perseguição, entre os anos de 1954 e 1964, a publicação circulou em cidades do interior paulista, locais que concentravam fazendas de café e que se tornaram palco de greves.

O *Terra Livre* foi criado no bairro do Ipiranga, em São Paulo, no dia 5 de maio de 1949, num contexto de repressão ao movimento camponês (CRUZ, 2013, p.31). No período após a Segunda Guerra Mundial, a direção pecebista incentivou a formação de Ligas Camponesas com o objetivo de estimular os camponeses a lutarem pela reforma agrária, pois as propriedades rurais estavam concentradas nas mãos de poucas pessoas e muitos lavradores estavam sendo expulsos das terras nas quais cultivavam seus alimentos. É de fundamental importância destacar que no período em que foram constituídas tais entidades, os lavradores deixaram de serem vistos como pessoas inocentes e despolitizadas e passaram a serem classificadas como agentes sociais capazes de desenvolver lutas políticas conforme foi destacado pelo sociólogo José de Souza Martins (1981).

Porém, essas organizações, assim como PCB, sofreram perseguições. As Ligas de Santo Anastácio e de Lins são exemplos de associações civis registradas em cartório que foram fechadas após a cassação dos direitos políticos do partido, em 1947, pelo governo do general e presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Segundo a análise de Skidmore (1982), o governo brasileiro adotou uma postura pró-Estados Unidos em um contexto marcado pelo início da Guerra Fria, momento em que Estados Unidos e União Soviética emergiram como potências importantes e antagônicas, já que o primeiro país defendia o capitalismo enquanto que o segundo lutava pela expansão do socialismo. Nesse sentido, foi aprovado na Constituição de 1946 um dispositivo que permitia a contenção de forças políticas consideradas antidemocráticas. Logo, no ano seguinte, ocorreu o fechamento de sedes do partido e os comunistas foram sistematicamente perseguidos, pois a URSS era considerada inimiga do Brasil.

Os comunistas entraram na ilegalidade e passaram a agir na clandestinidade. Assim, muitas organizações camponesas foram fechadas sistematicamente por meio da ação de jagunços e de policiais. Na visão de Azevedo (1981), os jagunços faziam parte de uma polícia privada que estava a serviço dos latifundiários para impedir que os camponeses lutassem por seus direitos. Dessa forma, o *Terra Livre* foi utilizado pela direção do partido como um meio para manter sua presença dentro do meio rural, já que muitas associações de trabalhadores rurais sofreram com a repressão.

Vale destacar que, diante desse cenário, o órgão de imprensa não tinha circulação regular, pois a publicação de exemplares dependia de arrecadações obtidas pela aquisição de assinaturas e realização de rifas. Conforme foi destacado por Cruz (2013, p.35), o número de páginas variava de 6 a 12, uma vez que a tiragem demandava recursos consideráveis. Também era pequena a quantia de jornalistas que escreviam e enviavam as matérias à redação. Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que os correspondentes eram militantes comunistas que estavam espalhados em todo o interior do estado e que atuavam junto às entidades sindicais. O *Terra Livre*, por fim, contava com poucos recursos financeiros, fato que impactou na quantia de laudas que eram publicadas e no número de matérias divulgadas.

O corpo editorial se preocupava em aumentar a quantia de leitores com o intuito de manter os lavradores informados sobre os acontecimentos que ocorriam no campo brasileiro. Porém, o jornal, além da perseguição do governo e dos latifundiários, também foi afetado pela crise que ocorreu dentro do próprio PCB. Em 1956, Nikita Khrushchev, primeiro-secretário do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), denunciou os crimes praticados por Josef Stálin contra os seus opositores, que consistiam em prisões, perseguições, tortura e execuções. Aqueles que discordavam da postura do ex-presidente soviético eram levados como prisioneiros aos campos de concentração na Sibéria, ou mortos. Segundo a análise de Cruz (2013) essa conjuntura de abalo no comunismo mundial, poucos exemplares foram publicados, ou seja, no ano de 1957 foram produzidos apenas dois, os números 76 e 77, no mês de janeiro.

Segundo Costa (1996), esse momento de tensão não afetou apenas o jornal, pois ocorreram discussões internas no PCB visando à desestalinização do partido e o fim do culto à personalidade de Stálin. Com as acusações de Khrushchev, os pecebistas sentiram a necessidade de modificar o posicionamento do partido com a finalidade de adotar uma postura contrária à revolução armada,

passando, assim, a privilegiar formas de ação política mais legalista, como as atividades sindicais. Assim, por meio do sindicalismo urbano e rural, os comunistas se colocavam ao lado do operariado e dos camponeses.

É importante considerar que não foram apenas as denúncias dos crimes cometidos por Stálin que contribuíram para que o partido modificasse seu posicionamento em relação à atuação junto aos camponeses. Para Costa (1995), muitos militantes comunistas tinham uma postura contrária à direção pecebista, pois aqueles se recusavam a abandonar as formas de atuação junto aos sindicatos, mesmo diante do fato de os dirigentes do PCB terem privilegiado as lutas dos camponeses pela posse da terra. Conforme foi enfatizado pelo autor, em 1953, foram realizadas inúmeras greves na capital paulista contra os salários baixos e o aumento da inflação.

Ainda sobre essa divisão no interior do partido, conforme foi destacado por Welch e Geraldo (1992), o militante José Irineu de Moraes foi exemplo de liderança camponesa que atuou fortemente na organização dos camponeses no interior paulista e incentivou a formação de sindicatos de trabalhadores rurais na região de Araçatuba antes mesmo de ser constituída a ULTAB², em especial na tentativa de orientar os lavradores a lutar por direitos, como o salário-mínimo. Pode-se perceber, assim, que havia de fato uma segmentação, já que, se por um lado a direção partidária apoiava a luta pela posse da terra, por outro, havia membros do PCB que atuavam junto às massas camponesas em torno da sindicalização.

O militante comunista Moisés Vinhas (1982) enfatizou que a entrada na ilegalidade após a perda do registro do partido contribuiu para que os comunistas apoiassem a luta dos camponeses pela posse de terras. Segundo Priori (2003), o PCB adotou a estratégia da Revolução Chinesa, em que os centros urbanos eram cercados pelos campos nos arredores, visto o apoio das cidades às reivindicações dos lavradores. Para o historiador, os militantes pecebistas apoiaram a luta dos camponeses de Porecatu,

² O *Terra Livre* apoiou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) na tarefa de incentivar a formação de sindicatos de orientação comunista. Nessa perspectiva, informações eram divulgadas em matérias jornalísticas com o intuito de orientar os camponeses a formarem entidades em áreas rurais. Tais publicações destacavam, até mesmo, modelos de atas de reuniões e de fundação de associações camponesas. Segundo a análise de Costa (1996), a referida organização foi fundada pela direção do PCB após a realização da 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CNTA), em 1954, para acelerar o processo de sindicalização dos camponeses em todo país. Assim, a ULTAB se constituiu como uma entidade que apoiava a formação de organizações de trabalhadores rurais, especialmente em cidades do interior paulista e paranaense.

cidade do norte do Paraná, por acreditarem que esse embate em torno da posse das terras cultivadas poderia contribuir para a revolução agrária e para a instituição do comunismo no país. Os camponeses envolvidos no conflito assinalado lutaram pela posse das terras que cultivavam e contaram com a participação dos núcleos do partido que estavam instalados nos municípios do norte paranaense, que eram responsáveis por distribuir medicamentos e alimentos aos camponeses que enfrentavam as forças policiais. Nota-se que o contexto da Guerra Fria contribuiu para que os comunistas entrassem na ilegalidade e adotassem as ações armadas como forma de conquistar o poder e instituir um regime comunista. Porém, a partir de 1958, os comunistas abandonaram a postura de derrubada do governo Dutra e passaram a defender a construção de uma rede sindical.

Segundo Costa (1996), os anos de 1956 e 1958 representaram um retorno do partido às suas atividades junto aos assalariados rurais, com o objetivo de estimular as lutas dos camponeses por direitos que eram desrespeitados, como o salário mínimo e o 13º salário. Após a declaração de 1958, a direção pecebista abandonou a posição política adotada com o Manifesto de Janeiro de 1947 e o Manifesto de Agosto de 1950, ambos assinados pelo secretário do PCB, Luiz Carlos Prestes. Tais documentos evidenciam que os dirigentes partidários, naquele momento, abraçaram a estratégia que pregava a revolução camponesa como meio de alcançar o poder.

E como foi destacado pelo ex-militante pecebista Jacob Gorender, em entrevista para Waldir José Rampinelli (*O PCB...*, 2003), a declaração assinada pelo partido em 1958 referendou a postura dos comunistas que preconizaram a atuação sob a forma de instituições sindicais, ou seja, de forma legalizada. Segundo Gorender (*O PCB...*, 2003, p. 304), o contexto em que foi aprovado o documento citado foi marcado pelo apoio do partido ao governo de Juscelino Kubitschek, pois membros da direção partidária acreditavam que o presidente apoiaria o desenvolvimento progressista, concederia maior espaço de liberdade política e, principalmente, trabalharia em torno da elaboração de um projeto visando a realização da reforma agrária.

O documento de 1958 significou uma postura de conciliação com a burguesia, pois os comunistas partiram da premissa que parte dessa classe social era contrária à dominação imperialista europeia. Portanto, como já apontado, a estratégia revolucionária foi abandonada e o partido adotou posturas reformistas, como a defesa do salário mínimo e dos direitos dos trabalhadores, ao invés de incentivarem as lutas armadas.

Nesse contexto, o *Terra Livre* intensificou a produção de matérias com o intuito de estimular a organização dos lavradores sob a forma de sindicatos. Porém, essas reportagens tinham que ser escritas levando em conta o público-alvo do jornal, que era majoritariamente analfabeto, uma vez que os lavradores não tinham escolaridade formal. Na análise de Cruz (2013, p.37), as reportagens instruíam os líderes dos sindicatos a realizarem as leituras das matérias aos lavradores que tinham pouca escolaridade ou que não sabiam ler, com o objetivo de manter informados os camponeses, letrados ou não, sobre os acontecimentos que ocorriam em áreas rurais brasileiras. Segundo Medeiros (1995, p. 209), Elizabeth Teixeira, liderança camponesa da Paraíba, pode ser citada como exemplo de liderança que realizava a leitura do jornal em voz alta aos trabalhadores rurais.

Medeiros (1995) entende que o jornal em tela tinha uma peculiaridade em relação aos demais órgãos de imprensa do PCB, pois possuía uma linguagem didática e pedagógica. Partindo dessa premissa, foram publicadas gravuras e imagens para facilitar a compreensão dos camponeses, pois grande parte deles não tinha acesso à instrução escolar, como citado. Nesse sentido, por meio de diversas estratégias, os editores procuravam conscientizar os trabalhadores rurais acerca da violência que sofriam no campo e das injustiças praticadas pelos patrões. Em uma charge foi mostrado um fazendeiro dando leite na mamadeira a um bezerro. Dessa forma, os membros da direção do periódico procuravam transmitir a mensagem de que os bezerros eram mais bem tratados do que os filhos dos lavradores (CRUZ, 2013, p.38). Além disso, a publicação de charges, de fotografias e de histórias em quadrinhos foi uma estratégia usada pelo corpo editorial para reforçar a existência de duas classes sociais opostas, uma constituída por fazendeiros e outra por camponeses.

O Terra Livre e os direitos trabalhistas

O *Terra Livre* teve papel importante na divulgação das leis trabalhistas e procurou manter o camponês informado sobre os direitos que eram garantidos pela legislação trabalhista, mas negados constantemente pelos patrões. A coluna “Conheça os seus direitos”, em especial, foi utilizada pelos jornalistas para colocar os lavradores a par dos direitos que eram garantidos pela CLT, aprovada em 1943³. O citado analfabetismo dos camponeses era um fator que contribuía para o desconhecimento

³ A partir da publicação do exemplar Ano V, n. 46, na primeira quinzena de agosto de 1954, o militante comunista Lindolfo Silva [também grafado como Lyndolpho Silva] foi responsável por essa seção, destinada à divulgação dos benefícios

dos benefícios sociais que lhes eram assegurados. Assim, a seção, cujas matérias eram assinadas por Lindolfo Silva, contribuiu com um importante debate sobre a legislação trabalhista:

Lyndolfo Silva, por meio do *Terra Livre* informava ao homem do campo os direitos já concedidos pela CLT como salário mínimo aprovado pela lei 35.450 do Governo Federal desde 1954. Sua prática, porém, foi constantemente desrespeitada pela maioria dos proprietários de terras. Por isso, o jornal sugeriu em 1956 uma campanha pelo cumprimento desta lei por intermédio dos sindicatos. (CASTANHO, 2009, p. 23).

Por meio dessa coluna, o jornal buscava estimular a população a conhecer seus direitos e cobrar dos fazendeiros o pagamento do salário mínimo e de férias anuais remuneradas (SILVA, 1956b, p. 2). Nela, também eram retratadas as perseguições sofridas pelos homens do campo que participavam de atividades sindicais. No entanto, segundo o periódico, os agricultores que atuavam nos sindicatos não poderiam ser demitidos ou até mesmo presos (CRUZ, 2013, p.43).

O trabalhador rural tinha direito à assistência jurídica gratuita caso não tivesse recursos financeiros para custear um advogado para impetrar uma ação na justiça. Entretanto, poucos camponeses tinham consciência de que poderiam ter acesso a um profissional para defender duas demandas, direito esse destacado pela coluna de Lindolfo Silva no *Terra Livre*:

Essa assistência deve ser dada na justiça penal, civil, militar ou do trabalho. Para que o trabalhador goze desta assistência basta fazer um requerimento ao juiz e apresentar junto com o requerimento de atestado de pobreza, passado pelo delegado de polícia local. O trabalhador pode escolher o advogado para defender sua causa. Basta que o advogado aceite a defesa. Quando o trabalhador não tem advogado, então o juiz nomeará. (SILVA, 1956a, p. 2).

Nessa perspectiva, o corpo editorial do jornal também buscou incentivar os lavradores a exigirem do Estado a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses. Como a CLT beneficiava os operários, não existia uma lei voltada aos homens do campo. Por isso, a publicação divulgou os benefícios garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado pela Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. O jornal procurou mostrar aos leitores de que a aprovação da lei trabalhista mencionada não foi fruto de um acaso, mas sim resultado das lutas camponesas.

voltados à classe trabalhadora rural (SILVA, 1954, p. 5). A coluna teve espaço nas páginas do periódico até o encerramento de suas atividades, em março de 1964.

Diante dessa preocupação com a legislação, expressa na seção “Conheça os seus direitos”, o *Terra Livre* também contava com a contribuição de Cícero Viana, advogado e militante pecebista, por conta dos seus conhecimentos na área jurídica. O colunista procurou incentivar os lavradores a se organizarem contra seus patrões, além de exigirem o cumprimento da legislação trabalhista aprovada através dos sindicatos e associações de trabalhadores. Cícero Viana considerou que ela perderia a eficácia, caso os trabalhadores não se organizassem por meio de entidades sindicais (CRUZ, 2013, p.47). por meio dessa seção, os camponeses foram representados como indivíduos que tinham seus direitos desrespeitados e que estavam em situação oposta – e desvantajosa – em relação aos patrões.

Cartas da Roça

A coluna “Cartas da Roça” foi um espaço aberto pelo jornal no qual os lavradores denunciavam a opressão sofrida no campo devido às extensas jornadas de trabalho a que eram submetidos⁴. As cartas, em alguns números, eram acompanhadas por uma nota da redação, com instruções sobre como o(a) remetente deveria proceder, em geral, buscando sindicatos próximos e a Justiça do Trabalho.

Parte-se da premissa de que a publicação de cartas era uma estratégia do corpo editorial para divulgar as injustiças que os lavradores sofriam, como o fato de terem que comprar alimentos em armazéns por preços absurdos:

Fazenda Santa Clara (Estado de São Paulo) – O proprietário da fazenda Rafael Alberto tira dinheiro do banco para fazer fornecimento as famílias dos arrendatários. Compra as mercadorias nos armazéns e vende por preços absurdos, fora de base, e ainda os arrendatários pagam caro a renda. (OLIVEIRA, 1955, p. 2).

Aumentar os preços dos alimentos era uma prática usada pelos fazendeiros para gerar o endividamento dos camponeses, de modo que estes ficassem impedidos de deixar as propriedades rurais enquanto não pagassem as dívidas nos armazéns. Os lavradores, por sua vez, denunciavam os patrões que tentavam expulsar os agricultores das terras em que cultivavam seus alimentos.

O *Terra Livre* e as poesias

A coluna “Poetas do Sertão” foi um espaço dedicado, dentro do *Terra Livre*, à publicação de poemas que tinham como eixo temático as condições de vida dos trabalhadores rurais. Os jornalistas

⁴ A citada coluna era uma das seções mais antigas do *Terra Livre*, pois já estava presente na edição Ano 2, n. 45, publicada na segunda quinzena de julho de 1954 (BICALHO, 1954, p. 2).

procuravam incentivar os lavradores a escreverem poesias que retratavam as dificuldades vividas no cotidiano⁵. Além disso, um dos objetivos dessa seção era o de estimular os camponeses a exigirem a realização da reforma agrária, considerada condição *sine qua non* para a melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Era ressaltado, na coluna, que os artistas populares deveriam enviar seus versos por meio de cartas para que fossem divulgados. Como foi destacado pela socióloga Leonilde Servolo de Medeiros (1995) não foram apenas poetas desconhecidos que tiveram seus escritos publicados, mas também artistas populares de projeção nacional. Nessa perspectiva, foram destacados versos de artistas, como Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, “ou mesmo poetas de outra extração social, já com projeção nacional, que esposavam a causa dos trabalhadores, como Vinicius de Moraes, com seu célebre ‘Os homens da terra’.” (MEDEIROS, 1995, p. 213).

Nos versos, as condições de vida às quais os lavradores estavam submetidos eram enfatizadas. Assim, a poesia também se constituía como um meio para que os camponeses denunciasses as injustiças sociais no meio rural.

Saúdo a Terra Boa
Com grande satisfação
Tocando este serviço
Com amor de coração
Sentindo em nosso Brasil
Uma grande exploração
Nosso Brasil é tão grande
Tão rico nosso torrão
Mais o povo brasileiro
Vive na escravidão
Por causa desses traidor
Governo sem coração [...]. (M.M.S, 1956, p. 3).

No poema descrito acima, os trabalhadores eram considerados vítimas da exploração sofrida, assim como destacava-se a existência de desigualdades sociais, apesar da “terra boa” e da grandiosidade do Brasil. Sob esse ângulo, entende-se que a arte era usada como forma de denunciar o sofrimento e a

⁵ Essa seção inaugurou a publicação de poemas na edição Ano VI, n. 50, referente à segunda quinzena de outubro à primeira quinzena de novembro de 1954, na qual foi divulgado o poema “União para Viver”, de autoria de Elizafam Galmarino, muito embora os jornalistas não tivessem adotado o nome “Poetas do Sertão”, mas sim “Versos do Camponês” (GALMARINO, 1954, p. 6).

pobreza dos homens do campo, em oposição aos fazendeiros e políticos, retratados nas estrofes de muitas poesias como personagens que viviam no luxo e na riqueza.

Além disso, era comum a publicação de poemas que tinham a reforma agrária como temática principal, o que obedecia à estratégia dos comunistas que atuavam em defesa da distribuição das terras aos mais pobres. Como exemplo, é possível citar a poesia intitulada “Como fazê verso”, de autoria de José de Jesus Ribeiro, lavrador na fazenda Jagora, na cidade de Fernandópolis/SP, e que tinha como objetivo conscientizar os camponeses de que a melhoria das condições de vida no campo somente ocorreria por meio da justa distribuição das propriedades rurais:

[...]
A terra foi deixada
Pro home trabaiá
Pertence ao camponéis
Que sabe cultivá
Ainda tenho esperança
Que um dia há de chega
A tar de Reforma Agrara
Pros camponéis podê trabaiá
O Brasil ficá liberto
Sua divida vai pagá. (RIBEIRO, 1956, p. 3).

No poema descrito acima, nota-se o uso de uma escrita mais próxima da linguagem usada pelos camponeses, para que estes entendessem de forma mais simples a mensagem transmitida ou se sentissem mais próximos desses versos. Nesse sentido, a coluna foi utilizada pelos redatores do jornal para legitimar a representação de que os homens do campo estavam lutando pela justa distribuição de terras e para incentivar os camponeses a exigirem das autoridades a realização da reforma agrária. Essa abordagem em defesa da redistribuição de terras estava alinhada à estratégia preconizada pelo PCB devido à sua entrada na ilegalidade.

Cotidiano do trabalhador rural

A seção “Pequeno Almanaque de Terra Livre” tinha uma diferença em relação as demais colunas do jornal, e uma peculiaridade, pois esteve voltada à divulgação de notícias sobre o cotidiano do trabalho e da vida no campo com o objetivo de conquistar leitores no meio rural e de manter o trabalhador informado sobre as formas de evitar pragas que ameaçavam as lavouras de algodão e de

café⁶. Os jornalistas procuraram informar os trabalhadores rurais sobre os períodos que eram propícios ao cultivo de determinados gêneros agrícolas⁴² e foram divulgadas as datas em que eram realizadas festas religiosas, sendo estas apreciadas pelos trabalhadores rurais, como a festa de São João e São Pedro (CRUZ, 2013, p.54). Os jornalistas também se esforçaram em orientar os lavradores a se prevenirem de enfermidades, como o “amarelão” e a doença de Chagas, transmitida pelo inseto “barbeiro” (O “BARBEIRO”..., 1956, p. 3). Para as mulheres, eram divulgadas dicas de corte e costura, principalmente receitas caseiras, como bolo de fubá e cocada, pratos que faziam parte do cotidiano dos homens do campo. Os camponeses recebiam orientações sobre os melhores períodos de pesca.

Representações do campo brasileiro

As reportagens e as matérias publicadas tinham uma linguagem simples e didática, refletindo a preocupação de facilitar o entendimento das mensagens pelos lavradores. Porém, uma ressalva deve ser feita neste artigo: nossa investigação não teve como foco entender a recepção desses escritos pelos camponeses. Isso se deve à inexistência de documentos que mostram a receptividade do público-alvo às notícias do periódico.

De acordo com Bourdieu (2002), a dominação simbólica tem eficácia superior se comparada aos modos de coerção física. Seguindo essa perspectiva, é possível entender que os discursos são construídos por um grupo social com objetivo de exercer poder de crença sobre os demais. Ao destacar que os padrões exploravam os camponeses, os redatores procuravam exercer violência simbólica sobre os homens do campo, de modo a convencer os trabalhadores a entrarem na Justiça contra os fazendeiros. Ademais, os membros dos sindicatos operários foram classificados pelo jornal como sujeitos que estavam auxiliando os lavradores na formação de associações de trabalhadores rurais.

O *Terra Livre* foi responsável por divulgar notícias sobre a paralisação das atividades nas fazendas Monte Alegre Pau d’Alho, Santa Rosa e Santa Augusta, localizadas no município de Marília. Tais manifestações, organizadas por 130 famílias de colonos, tiveram início no dia 1º de fevereiro de 1963 e terminaram no dia 8 do referido mês, sendo apontadas pelo jornal como lutas sociais que exigiam o pagamento do salário mínimo (CRUZ, 2013, p.108). O periódico também informou aos seus

⁶ A seção esteve presente no *Terra Livre* desde a edição ano V, n. 44, referente ao período da segunda quinzena de junho à primeira quinzena de julho de 1954, sendo inicialmente intitulada apenas como “Almanaque” (A LINGUAGEM..., 1954, p. 2).

leitores que tais conflitos liderados pelos lavradores contaram com a solidariedade do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do município de Marília (MOVIMENTO..., 1963, p. 8).

Assim, pode-se perceber que era comum a publicação de matérias em que os lavradores reivindicavam o pagamento de remuneração mensal, bem como o destaque à participação do sindicato da construção nas greves, em uma tentativa do jornal de sustentar a tese de que estaria em curso a formação de uma aliança operário-camponesa em prol da revolução democrático-burguesa. No entanto, é importante ressaltar que os comunistas entendiam que os operários deveriam liderar o processo revolucionário, pois acreditavam que os camponeses não possuíam tradição em torno das lutas políticas (CRUZ, 2013, p.108). Portanto, era comum a publicação de notícias de greves que contavam com a participação de entidades sindicais que atuavam em defesa dos operários.

Conforme foi noticiado pelo *Terra Livre*, o presidente da associação e o fazendeiro chegaram a um acordo, que definia que cada colono receberia 400 cruzeiros por oito horas de trabalho e 4500 cruzeiros pelo trato de mil pés de café, além de descanso semanal remunerado e férias (CRUZ, 2013, p.108). O periódico enfatizou que os lavradores da Fazenda Pau d'Alho passariam a receber 12 mil cruzeiros, incluindo o desconto de 33%, cobrado pelo patrão como taxa de luz e habitação, já que era uma prática comum a dedução no salário por conta do uso das habitações (MOVIMENTO..., 1963, p. 8).

Ao destacar a vitória conquistada pelos camponeses e o acordo realizado com o patrão, o jornal procurou legitimar a tese de que as greves eram táticas de protesto que sempre resultavam em vitória dos camponeses. Nessa matéria em específico, o corpo editorial representou o sindicato de orientação católica e a polícia como inimigos dos trabalhadores, já que eram contrários às manifestações grevistas e favoráveis aos fazendeiros. Portanto, ambos os segmentos foram classificados pelo jornal como “farinha do mesmo saco”. Esse termo foi utilizado na matéria para apontar aos leitores os verdadeiros grupos que eram contrários à luta no campo e fortalecer a imagem das associações de trabalhadores rurais como órgãos que trabalhavam em defesa dos camponeses (MOVIMENTO..., 1963, p. 8).

Nesse contexto histórico, tanto a Igreja quanto os comunistas lutavam pela representação do movimento camponês, portanto, era comum que entidades dirigidas pelos leigos fossem estigmatizadas nas páginas do jornal. Ao eleger o sindicato de orientação religiosa como entrave às lutas dos

trabalhadores, os redatores procuravam convencer seu público-alvo de que as atividades sindicais dirigidas pelos católicos não tinham legitimidade (CRUZ, 2013, p.109). O interesse do corpo editorial era impedir o aumento do círculo de influência da Igreja Católica sobre os camponeses, pois os leigos contavam com o apoio da Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo (FECOESP) para criar entidades sindicais no espaço agrário. Segundo Barros (1986), os membros da cúpula da Igreja tinham medo de perder os camponeses, como havia acontecido com o operariado. Sendo assim, os círculos operários tinham o objetivo de coibir a disseminação das ideias socialistas no espaço agrário.

Os sindicatos de orientação católica direcionavam suas atividades aos pequenos produtores rurais, ao contrário dos sindicatos de orientação da ULTAB, que atuavam com os assalariados rurais e semiassalariados no interior paulista. De acordo com a análise de Barros (1986), as associações marianas eram constituídas por leigos pertencentes a uma determinada diocese. E ao fundar uma associação em um dado município, um grupo de fiéis se retirava e realizava palestras em outros municípios com o intuito de formar outras comunidades religiosas camponesas. Nessas reuniões, os trabalhadores rurais eram informados sobre o perigo que o comunismo constituía e o quanto ele deveria ser combatido no campo.

Ao longo de sua história, esse veículo de imprensa denunciou as prisões e demissões de lavradores envolvidos em manifestações grevistas, principalmente de membros de associações que orientavam os lavradores a paralisarem as atividades agrícolas em período de colheita. Tais lideranças camponesas eram, em geral, demitidas e até presas. A igreja católica nesta matéria citada anteriormente como inimiga dos camponeses na matéria citada anteriormente, pois lutava com os comunistas pela representação do campesinato. O objetivo era o de convencer os leitores, de que os militantes do PCB eram os únicos defensores dos interesses dos trabalhadores rurais.

É importante salientar que os jornalistas enfatizaram que sindicatos de orientação comunista dirigidos pela ULTAB foram reprimidos e muitos membros acabaram encarcerados. Dessa forma, o corpo editorial tanto enaltecia o papel de lideranças camponesas na resolução dos conflitos, em uma tática adotada para incentivar a formação de entidades sindicais no espaço agrário, quando evidenciava a realização de greves em períodos de colheita como um meio de pressionar os patrões a pagarem os direitos trabalhistas aos camponeses, assim como a repressão policial decorrente desses protestos.

O jornal registrou as ações grevistas e buscou transmitir aos leitores a mensagem de que as ações dos lavradores repercutiram em toda a região de Marília e no município vizinho, Adamantina. É delicado afirmar se tais atos políticos ressoaram em outras cidades no entorno de Marília, apesar do objetivo central do periódico ser o de estimular os demais trabalhadores a protestarem por seus direitos, afinal, tratava-se de um órgão de imprensa de cunho doutrinário, que procurava expandir o quadro de militantes comunistas no meio rural, em diversas regiões, especialmente no estado de São Paulo.

O periódico, nesse contexto, divulgava não só os movimentos grevistas, como também as vitórias obtidas pelos camponeses que entraram na Justiça contra os patrões que realizavam o desconto dos salários dos lavradores que faziam uso das casas. Não eram divulgadas apenas as lutas dos trabalhadores da lavoura cafeeira contra os fazendeiros por meio de greves. Nas matérias, os jornalistas deixavam claro que tal prática era ilegal e que os trabalhadores que abriram ações contra os fazendeiros tiveram um parecer positivo:

Em Jaboticabal, os assalariados rurais e demais trabalhadores das usinas de açúcar Itajubá e se Santa Adélia, de propriedade da família Belodi conseguiram a devolução das importâncias que vinham sendo descontadas em seus salários a título de pagamento de aluguel da casa. Os proprietários vinham descontando, desde maio, 642 cruzeiros do salário de cada trabalhador. A revolta contra esse desconto absurdo era geral, mas ninguém sabia como agir. Até que um dia um trabalhador da usina Itajubá conseguiu uma cópia de circular expedida pelo Departamento de Estadual de alimentação do Estado de São Paulo, que diz ser ilegal o desconto do aluguel da casa do salário-mínimo em vigor. (USINEIROS..., 1956, p. 1).

Pode-se notar que noticiar ações vitoriosas foi outra estratégia usada pelo corpo editorial para estimular os camponeses a procurarem o amparo da Justiça na luta por seus direitos. Era comum os jornalistas destacarem que as ações judiciais contavam com apoio dos sindicatos de trabalhadores. É importante destacar que era natural que os sindicatos possuíssem departamentos jurídicos que contavam com o trabalho de um advogado, responsável por impetrar processos de trabalhadores contra patrões na Justiça do Trabalho: “O fato é que o Sindicato incentivou os trabalhadores a impetrarem na Justiça contra seus patrões.” (PRIORI, 1996, p. 28). Não é possível identificar a procedência dos advogados que atuavam junto aos sindicatos.

No desenvolvimento de uma análise historiográfica referente às ações impetradas por trabalhadores rurais contra os patrões, o trabalho do historiador Priori (1996) mostra que as greves

eram formas de “protestos sociais, postas em prática contra o não cumprimento da legislação trabalhista existente.” (PRIORI, 1996, p. 13). Assim, considera-se que a paralisação das atividades e as ações judiciais movidas pelos camponeses paulistas eram instrumentos de luta, visando à defesa dos direitos sociais e trabalhistas no meio agrário.

Segundo Bourdieu (2002), a dominação simbólica ocorre no momento em que um grupo exerce dominação sobre outros grupos sociais por meio de discursos. Os termos “latifundiários”, “grileiros”, “tatuíras” e “patrões” foram utilizados pelos jornalistas do *Terra Livre* para caracterizar os fazendeiros como pessoas repugnantes e que tinham maus sentimentos. Partindo desse pressuposto, os jornalistas buscavam exercer dominação simbólica sobre os leitores, de modo que o público acreditasse que o comunismo mudaria suas condições de vida no campo. Entretanto, o objetivo desta pesquisa não é discutir se essa construção da representação sobre o campo foi eficaz, mas sim analisar apenas as imagens construídas pelo corpo editorial sobre o meio rural.

O jornal destacou em suas páginas a existência de duas classes sociais: uma formada por trabalhadores rurais; e outra, por patrões e fazendeiros. Os lavradores foram representados como vítimas, ou seja, pessoas que viviam em condições difíceis por conta do abuso de outros grupos sociais. Os homens do campo eram representados como pessoas que não aceitavam que seus direitos fossem desrespeitados, dessa forma, os camponeses eram classificados pelo corpo editorial como agentes políticos que não se mantinham apáticos frente às injustiças sofridas. Era comum os patrões serem destacados como personagens que se recusavam a negociar com os camponeses que por sua vez reivindicavam direitos que eram descumpridos.

Ao noticiar as lutas dos lavradores paulistas, o *Terra Livre* buscou construir imagens sobre o campo brasileiro, pois representou os lavradores como atores sociais que se mantinham unidos contra os patrões. Os jornalistas desse órgão de imprensa consolidaram representações sobre as ações dos lavradores, com o objetivo de reforçar a tese de que tais personagens pertenciam à mesma classe social, independentemente da categoria profissional. O objetivo do corpo editorial era legitimar a imagem de que estava ocorrendo a formação de uma consciência de classe capaz de lutar pela instituição do regime comunista. No entanto, a finalidade dos agricultores era a de reivindicar seus direitos, não de aderir ao comunismo. Portanto, arrendatários, colonos e parceiros foram caracterizados como camponeses, apesar de estarem submetidos a relações de trabalho diferenciadas. O uso do termo “camponês” foi

estratégia dos jornalistas para classificar os homens do campo agentes sociais que desenvolviam lutas políticas. É importante destacar que havia a existência de várias relações de trabalho no espaço agrário⁷.

Considerações finais

Ao longo da existência do *Terra Livre*, ou seja, entre os anos de 1954 e 1964, o periódico levou ao conhecimento dos camponeses notícias sobre a sua realidade e as lutas perpetradas por seus companheiros por melhores condições de trabalho e de vida no campo. Como foi observado, o jornal divulgou os direitos trabalhistas que eram desrespeitados pelos patrões, como férias anuais remuneradas e salário mínimo. Ao informar sobre a existência de tais benefícios, o periódico buscava conscientizar os agricultores a se organizarem por meio de sindicatos e representar os trabalhadores rurais como sujeitos que se mantinham em posição contrária aos fazendeiros, devido às lutas sociais dos camponeses por direitos que eram constantemente desconsiderados.

Ademais, as ações dos trabalhadores rurais, por meio de greves e ações na Justiça do Trabalho, foram mostradas pelo periódico como formas de protesto contra as injustiças sofridas, já que a maioria dos patrões desrespeitava os direitos garantidos aos lavradores. Nessa perspectiva, os camponeses foram representados como indivíduos que estavam aderindo às ideias do PCB e se preparando para a realização de uma revolução agrária.

O conceito de representação foi um importante aporte teórico para o desenvolvimento desta investigação, pois permitiu a discussão sobre a função que o *Terra Livre* desempenhou na construção de imagens sobre o campo brasileiro. Já o diálogo estabelecido com Bourdieu foi relevante para a compreensão dos discursos enquanto estratégias de legitimação de certas visões de mundo, que tinham, como premissa fundamental, incentivar as lutas no campo.

Em suma, este artigo, por se tratar de uma pesquisa concluída sobre a formação e a trajetória do *Terra Livre*, espera contribuir com novas reflexões sobre a história agrária e o papel dos meios de

⁷ Ao desenvolver uma análise sobre as relações de trabalho no meio rural, o sociólogo Brasília Sallum Jr. (1982), procurou deixar claro que os arrendatários cultivavam cerca de mil pés de café e tinham que dar como pagamento aos fazendeiros cerca de metade da produção de sacas e realizar serviços, como retiradas de pragas e cipós. Os camponeses submetidos às relações do colonato recebiam um salário por, aproximadamente, mil pés de café cultivados. Nesse regime, os camponeses tinham direito a plantar alimentos no meio da lavoura e possuíam espaço para criar porcos e cultivar hortaliças. Os camaradas eram trabalhadores assalariados que recebiam um salário mensal dos patrões e moravam em casas isoladas nas fazendas, sendo que alguns poderiam ser tratoristas e até exercer o papel de gerência da produção.

comunicação na divulgação de notícias sobre as lutas dos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960.

Referências bibliográficas:

A LINGUAGEM das cores. **Terra Livre**, São Paulo, ano V, n. 44, 1. quin. jun. – 2. quin. jul. 1954. Almanaque, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1954_00044.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BARROS, Fátima Regina de. **A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso de São Paulo, entre 1945 e 1964**. 1986. 171f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278920>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BICALHO, Antenor dos Santos. Perderam toda a safra de feijão. **Terra Livre**, São Paulo, ano V, n. 45, 2. quin. jul. 1954. Cartas da Roça, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1954_00045.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTANHO, Sandra Maria. **Lei, trabalho e política no Brasil: lutas sociais e reforma agrária (1945-1964)**. Maringá: Eduem, 2009.

CASTANHO, Sandra Maria. **Políticas e lutas sociais no campo: organização dos trabalhadores rurais, legislação trabalhista e reforma agrária (anos 1950 e 1960)**. 2006. 215f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2944>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **O sindicalismo rural em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CRUZ, Rafael Sandrin. **“O Jornal Terra Livre e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo”**. 2013.170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

DERROTADOS os patrões na Fazenda Jacutinga. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 114, p. 2, set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1962_00114.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

FAZENDA Califórnia pagou mais de um milhão de indenização. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 116, p. 2, nov. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1962_00116.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

GALMARINO, Elizafam. União para Viver. **Terra Livre**, São Paulo, ano VI, n. 50, 2. quinz. out – 1. quinz. nov. 1954. Versos do Camponês, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1954_00050.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

MAIS ORGANIZAÇÕES camponesas para a luta organizada. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 114, set. 1962. De todo o Brasil, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1962_00114.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280651>. Acesso em: 7 abr. 2021.

M.M.S. Saudando os companheiros de todo o Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano VII, n. 60, jan. 1956. Poetas do Sertão, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00060.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

MOVIMENTO grevista em Marília obtém importantes conquistas. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIV, n. 120, p. 8, mar. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1963_00120.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

O “BARBEIRO”, flagelo dos lavradores. **Terra Livre**, São Paulo, ano VIII, n. 71, 1. quinz. set. 1956. Pequeno Almanaque de Terra Livre, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00071.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

OLIVEIRA, Honorio Gomes de. Fornece os mantimentos fora de base e arrenda as terras já arrendadas. **Terra Livre**, São Paulo, ano VIII, n. 52, 1. quinz. jan. 1955. Cartas da Roça, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00052.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

O PCB e sua atuação nos anos 50: Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 303-309, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16530.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. *In*: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel. (org.). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 61-81.

PRIORI, Ângelo. **O protesto do trabalho: histórias das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964)**. Maringá: Eduem, 1996.

RIBEIRO, José de Jesus. Como fazê verso. **Terra Livre**, São Paulo, ano VII, n. 64, maio 1956. Poetas do Sertão, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00064.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SALLUM JR., Brasília. **Capitalismo e Cafeicultura**. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SAPUCAIA, a usina do Ministro. **Terra Livre**, São Paulo, ano V, n. 44, p. 8, 1. quin. jun. – 2. quin. jul. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1954_00044.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Emiliana Andréo da. **O despertar do campo**: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. (Coleção Inventário Deops, módulo VIII: Geopolítica do Controle).

SILVA, Lindolfo. A lei federal sobre assistência jurídica gratuita. **Terra Livre**, São Paulo, ano VIII, n. 71, 1. quin. set. 1956a. Conheça os seus direitos, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00071.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA, Lindolfo. O colono tem direito a férias. **Terra Livre**, São Paulo, ano VII, n. 62, 2. quin. fev. 1956b. Conheça os seus direitos, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00062.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

SILVA, Lindolfo. Os direitos dos trabalhadores das usinas de açúcar. **Terra Livre**, São Paulo, ano V, n. 46, 1. quin. ago. 1954. Conheça os seus direitos, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1954_00046.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

USINA Nova América: greve vitoriosa em Assis incentiva novas lutas. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 111, p. 1, jun. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1962_00111.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

USINEIROS obrigados a devolver os descontos de aluguel de casa. **Terra Livre**, São Paulo, ano VII, n. 60, p. 1, jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/814261/per814261_1955_00060.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

VINHAS, Moisés. **O Partido**: a luta por um partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982.

WELCH, Clifford Andrew; GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.